



# Anais da Assembléia

N.º 105

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 16 DE OUTUBRO DE 1984

ANO X

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 096ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 16 DE OUTUBRO DE 1984.

(Terça - feira):

Presidência do Senhor Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Senhores Deputados: Adhail Sprenger Passos e Paulo Furiatti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Junior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes. (58)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE – (Trajano Bastos) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO – procede à leitura das atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO – procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

MENSAGEM Nº 211/84

Curitiba, 11 de outubro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que dispõe sobre o enquadramento, mediante opção, no quadro Próprio do Magistério, de professores integrantes do quadro Único de Pessoal que concluíram ou vierem a concluir cursos que os habilitem para tal. Dispõe, ainda, o anteprojeto de lei ora proposto que os atuais professores sem habilitação que concluíram ou vierem a concluir curso normal Colegial, Projetos Hapront ou Logos II serão enquadrados no Quadro Próprio do Magistério, no cargo de Professor, classe A, nível 1, na referência correspondente ao seu tempo de serviço. Por fim, o anexo anteprojeto de lei concede aos Professores amparados pela Lei n.º 7.208, de 15 de outubro de 1979, e que

possuam a necessária habilitação, a oportunidade de ingresso no Quadro Próprio do Magistério.

O Plano de Lei ora submetido a essa Augusta Assembléia Legislativa é altamente significativo e consulta plenamente aos superiores interesses do ensino, pois virá atender antiga reivindicação de professores que, por não terem, na época dos anteriores enquadramentos de cargos do Magistério, a necessária habilitação, deixaram de ser providos, mas que, após, e com grande esforço e dedicação, vieram conquistá-la através da conclusão de cursos normais colegiais ou cursos promovidos pelos Projetos Hapront e Logos II.

Portanto, é de inteira justiça que se lhes assegurem condições para ingresso no Quadro Próprio do Magistério.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

## ANTEPROJETO DE LEI 276

Art. 1.º – Os professores ocupantes de cargos do Quadro Único de Pessoal, que concluíram ou vierem a concluir cursos que os habilitem ao ingresso no Quadro Próprio do Magistério, serão enquadrados, mediante opção, no respectivo cargo desse Quadro, na referência correspondente ao seu tempo de serviço.

Parágrafo Único – Para efeito do enquadramento de que trata este artigo, considerar-se-á o tempo de serviço contado para todos os efeitos legais até 31 de dezembro de 1981.

Art. 2.º – Aos professores amparados pela Lei n.º 7208, de 15 de dezembro de 1979, aplicam-se as disposições desta lei, desde que venham a ingressar no Quadro Próprio do Magistério, através de teste seletivo interno, conforme prevê o parágrafo único do art. 25, da Lei n.º 7424, de 17 de dezembro de 1980.

Art. 3.º – Os professores sem habilitação, que concluíram ou vierem a concluir curso Normal Colegial, Projetos Hapront ou Logos II serão enquadrados no Quadro Próprio do Magistério, no cargo de Professor, Classe A, nível 1, na referência correspondente ao seu tempo de serviço.

Art. 4.º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário. A Diretoria Legislativa.

## Indicação:

### INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, Líder da Bancada do PDS nesta Casa, INDICA, para comporem a comissão Especial para Elaboração da Lei Orgânica dos Municípios do Paraná, os seguintes Senhores Deputados:

– IVAN GUBERT;

– AUGUSTO CARNEIRO;

– TUGUIO SETOGUTTE, Suplente.

Sala das Sessões, em 16 de outubro de 1984.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

# INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, Líder da Bancada do PMDB nesta Casa, INDICA, para comporem a comissão Especial para Elaboração da Lei Orgânica dos Municípios do Paraná, os seguintes Senhores Deputados:

- NELSON VASCONCELLOS;
- ANIBAL KHURY.

Sala das Sessões, em 16 de outubro de 1984.

(a) Liderança do PMDB.

## Requerimentos:

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 233/84.

Sala das Sessões, em 16 de outubro de 1984.

(a) TRAJANO BASTOS

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, seja dado PREFERÊNCIA DE VOTAÇÃO aos Projetos de Lei n.º 126/84 (dando nova redação ao Art. 1.º da Lei 5.406, referente a autorização ao Executivo a doar materiais inservíveis ou desnecessários ao serviço público estadual) e 263/84 (alterando o Orçamento atual do DER, no valor de Cr\$ 30.473.000.000) ambos de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 16 de outubro de 1984.

(aa) CAÍTO QUINTANA e MÁRIO PEREIRA.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após aprovação do Plenário, seja retirado da Ordem do Dia, por des sessões, o Projeto de Lei n.º 153/84, autorizando o Poder Executivo a doar área de terras à ACAS - Associação Cascavelense de Amigos de Surdos, em Cascavel.

Sala das Sessões, em 16 de outubro de 1984.

(aa) CAÍTO QUINTANA e MÁRIO PEREIRA.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja anexada ao Projeto de Lei n.º 50/83, a documentação anexa, contendo parecer favorável da Coordenadoria do Patrimônio do Estado e da Diretoria de Manutenção do DER, reincluindo-se o citado projeto na Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 16 de outubro de 1984.

(a) NILSO SGUAREZI.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Vasconcellos que este subscreve, no uso de suas atribuições e de acordo com o Regimento Interno, REQUER ao Excelentíssimo Senhor Trajano Bastos, Digníssimo Deputado Estadual Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná, ouvido o Plenário, a constituição de Comissão Externa, composta por três Senhores Deputados, nomeados por essa Presidência,

para representar a Assembléia junto à V EXPOESTE na cidade de Cruzeiro do Oeste, durante 23 a 28 de outubro de 1984.

A presença, por representação, desta Assembléia, na V EXPOESTE, estreitarão ainda mais os laços de convivência político-administrativa existentes entre o Poder Legislativo Estadual e aquele importante Município de Cruzeiro do Oeste.

Sala das Sessões, em 16 de outubro de 1984.

(a) NELSON VASCONCELLOS.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inscrito na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor JULIO MAFFINI, ocorrido em 14.10.84.

O extinto foi um dos pioneiros do Distrito de São Roque, Município de Santa Helena, dedicou sua vida ao trabalho e no desenvolvimento daquela localidade.

Outrossim, requer que, da decisão do Plenário, seja cientificada à família enlutada.

Sala das Sessões, em 16 de outubro de 1984.

(a) WERNER WANDERER

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o registro em ata da presente sessão, de "voto de profundo pesar" pelo falecimento do Sr. DIRCEU NOVOCHADLO, ocorrido na cidade de Arapoti, Paraná.

Membro de tradicional família, o extinto era casado com a Senhora Elvira Possatto Novochadlo, e ex-Prefeito daquele município, em cuja gestão, a par de uma intensa atividade pública, representou o exemplo de homem digno e respeitado junto àquela comunidade.

Desta decisão, requer, outrossim, seja dado ciência à família enlutada, no seguinte endereço: Rua Amantino de Camargo, s/n. - Arapoti - Paraná.

Sala das Sessões, em 16 de outubro de 1984.

(a) ODENI MONGRUEL e  
BASÍLIO ZANUSSO

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, inserção na ata da presente sessão de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido dia 13 do corrente, nesta cidade, da Senhorita HISAE TEREZINHA MAEDA, com a idade de 44 anos.

Filha de Kunio Maeda, e Dona Kazuko Maeda, deixa os seguintes irmãos: Jorge Maeda, casado com Nadir Gomes Maeda, Paulo Maeda, casado com Arlete Maeda, Luiza Maeda Kabuki, casada com Waldemar Kabuki.

Requer, ainda, uma vez aprovado o presente requerimento, dê-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 16 de outubro de 1984.

(a) FUAD NACLI.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja dado um voto de pesar pelo passamento de DIRCEU

NOVOCHADLO, ex-Prefeito e ex-Vereador do Município de Arapoti, neste Estado.

Natural desta cidade. Dirceu Novochadlo era filho de tradicional família do município e sempre soube lutar pelo engrandecimento de Arapoti, mormente quando em cumprimento de seus mandatos parlamentares.

Requer, também, que da decisão do Plenário, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 16 de outubro de 1984.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, seja consignado nos Anais deste Poder, um VOTO DE PESAR pelo falecimento do menor LEILTON FELINTO, sobrinho do Vereador José Felinto, nosso correligionário.

Requer, ainda, que da decisão do Plenário sejam notificados os familiares enlutados.

Sala das Sessões, em 16 de outubro de 1984.

(a) NILSO SGUAREZI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscrive o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora EMA TANER DE ANDRADE, ocorrido dia 14 do corrente, no Município de Campo Largo.

Outrossim, aprovado o presente, requer seja comunicada a decisão da Casa à família enlutada, na pessoa do Senhor Luiz de Andrade, à Rua Generoso Marques, s/n., naquela cidade.

Sala das Sessões, em 16 de outubro de 1984.

(a) ACIR MEZZADRI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor LUIZ ZOTTO, ocorrido dia 12 do corrente, no Município de Campo Largo.

Outrossim, aprovado o presente, requer seja comunicada a decisão da Casa à família enlutada, na pessoa da Senhora Cecília Andrade Zotto, à Rua Benedito Soares Pinto n.º 2428, daquela cidade.

Sala das Sessões, em 16 de outubro de 1984.

(a) ACIR MEZZADRI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscrive o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor CARLOS JOSÉ ROSSA, ocorrido dia 11 do corrente, no Município de Campo Largo.

Outrossim, aprovado o presente, requer seja comunicada a decisão da Casa à família enlutada, na pessoa do Senhor Domingos Rossa, à Rua Caetano Munhoz da Rocha, s/n., naquela cidade.

Sala das Sessões, em 16 de outubro de 1984.

(a) ACIR MEZZADRI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado um voto de congratulações pela realização da V EXPOESTE-84, dentre os dias 23 a 28 de outubro.

A exposição-feira, produto do trabalho da Associação de Criadores do Oeste Paranaense, reúne os criadores e desenvolve o aprimoramento das raças de animais na busca de métodos zootécnicos que tornem a produção mais qualitativa com mais baixos custos de produção.

REQUER, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, dê-se ciência à Associação de Criadores do Oeste Paranaense - Caixa Postal 152, CEP 87.400 - Cruzeiro do Oeste - PR.

Sala das Sessões, em 16 de outubro de 1984.

(a) NELSON VASCONCELLOS

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após expressa aprovação do douto Plenário, seja consignado nos Anais deste Poder, um VOTO DE LOUVOR pela passagem do Dia do Professor, comemorado em 15 de outubro de 1984. A medida dispensa justificativa, pelo alcance próprio desta nobre e digna menção.

Sala das Sessões, em 16 de outubro de 1984.

(a) NILSO SGUAREZI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Fundo de Participação dos Municípios sofreu um corte de 42,2 por cento do total do repasse previsto para os municípios neste mês de outubro. Ao que se sabe, tais cortes devem se repetir em novembro e dezembro.

A meeida, por so só são inexplic

A medida, por si só inexplicável e absurda, foi uma decisão maquiavélica e ditatorial do Sr. Delfim Neto, em mais uma manifestação do desserviço que presta à Nação. Além da situação falimentar da insuportável centralização tributária, vale lembrar que os Prefeitos Municipais terão pela frente, neste final de ano, os aumentos do funcionalismo municipal em 1.º de novembro, o 13.º salário em dezembro e o aumento do preço dos combustíveis previsto para ocorrer até o final do ano.

Seramente preocupado com tais fatos e certo da urgência de medidas que impeçam a insolvência dos nossos municípios, o Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, João Batista de Figueiredo, solicitando do mesmo os esclarecimentos necessários, sobre aquele corte no Fundo de Participação dos Municípios.

Sala das Sessões, em 16 de outubro de 1984.

(a) TADEU FRANÇA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A produção de leite de soja, através de uma vaca mecânica, e a sua utilização como complemento alimentar na merenda escolar tem se revelado uma experiência extremamente valiosa. Seja pelo alto teor nutritivo, seja pela reconhecida economia de recursos, tal proposta tem se justificado plenamente.

Tendo em conta isto, o Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente a Excelentíssima Senhora

Ministra da Educação, Professora Esther de Figueiredo Ferraz, no sentido de que aquele Ministério faça os estudos necessários, com o objetivo de implementar um programa nacional que utilize vaca mecânica na produção de leite de soja, destinado a servir de complemento alimentar na merenda escolar.

Temos a convicção de que tal medida só trará benefícios, permitindo ampliar a merenda escolar e obter uma indispensável economia de recursos.

Sala das Sessões, em 16 de outubro de 1984.

(a) TADEU FRANÇA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente a Excelentíssima Senhora Secretária da Educação, Professora Gilda Poli Rocha Loures, solicitando da mesma providências no sentido da implantação do 4.º ano de Magistério, a nível de especialização, no Colégio Estadual Branca da Mota Fernandes - Ensino de 1.º e 2.º graus, em Maringá.

A medida visa atender não só uma sentida reivindicação dos estudantes daquela escola e da comunidade, como também, se constitui em uma necessidade real do Município e da região como um todo. Por outro lado, ela vai de encontro à prioridade que o atual Governo do Estado vem dando à educação.

Sala das Sessões, em 16 de outubro de 1984.

(a) TADEU FRANÇA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente à Secretaria da Agricultura, solicitando a instalação de uma Unidade Veterinária em Catanduvas, neste Estado.

Sala das Sessões, em 16 de outubro de 1984.

(a) MÁRIO PEREIRA

#### JUSTIFICATIVA:

A instalação de uma Unidade Veterinária na cidade de Catanduvas virá atender aquele município e ao Município de Três Barras do Paraná, os quais, em conjunto, abrigam um rebanho de 80 mil cabeças de gado, constituindo-se num rebanho significativo, mas, sem a assistência adequada. A Unidade Veterinária da Secretaria da Agricultura possibilitará aos pecuaristas daquela região melhores condições de propiciar um crescimento forte e sadio ao rebanho.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após aprovação do Plenário, o envio de expediente a Senhora GILDA POLI RICHIA LOURES, DD, Secretária de Estado da Educação, enfatizando a necessidade de desenvolver estudos que visem a criação do Ensino de 2.º Grau nas cidades de PORTO RICO e SÃO PEDRO DO PARANÁ, Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 16 outubro de 1984.

(a) NILSO SQUAREZI

#### JUSTIFICATIVA:

Necessário se faz a implantação do Ensino de 2.º Grau nas cidades de PORTO RICO e SÃO PEDRO DO PARANÁ, uma vez que são inegáveis os benefícios que advirão para a classe estudantil desses municípios.

Cabe salientar que os Municípios de LOANDA e SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO, onde foi criado o ensino de 2.º Grau, dista muitos quilômetros de PORTO RICO e SÃO PEDRO DO PARANÁ, fator que prejudica em muito a continuidade dos estudos para os alunos que completam o ensino de 1.º Grau nesses municípios pois muitos dos alunos trabalham no meio rural, mas, principalmente, não dispõem de recursos para custear suas despesas, particularmente com transporte escolar.

A implantação do ensino de 2.º Grau pleiteada, possibilitaria que inúmeros estudantes continuassem sua busca de novos conhecimentos teóricos e práticos, e assim, alcançar o pleno desenvolvimento de sua personalidade e qualificá-los para exercerem condignamente o seu papel na sociedade.

Ante os fatos, solicitamos de Vossa Excelência sejam envidados todos os esforços para tornar realidade esta antiga e justa reivindicação da comunidade de ambos os municípios, e assim, possibilitar que todos os estudantes, independente do poder aquisitivo, possam encontrar novos conhecimentos e se aperfeiçoarem em seus próprios municípios.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Antônio Delfim Neto, Ministro de Estado da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, em que solicita parecer favorável ao Processo n.º 1097/83, DASP, sob Aviso 873/84, NS-5 Assistentes Sociais, no Plano de Classificação de Cargos.

Sala das Sessões, em 16 de outubro de 1984.

(a) SÉRGIO SPADA

#### JUSTIFICATIVA:

O empenho da Associação Nacional Pró-Federação dos Assistentes Sociais e da Associação Paranaense de Assistentes Sociais em favor da justa reivindicação da categoria dos trabalhadores sociais tem merecido de diversos setores da sociedade civil brasileira.

Deste modo, pronunciaram-se, no Paraná, a seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, o Sindicato dos Jornalistas e a Federação de Indústrias e do Comércio no Estado.

Nesta linha a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná soma-se à reivindicação de que esse Ministério assegure o pagamento NS-5 aos assistentes sociais e política do exercício profissional do Serviço Social no Brasil, requeremos despacho favorável ao processo citado.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador JOSÉ RICHIA, solicitando a extensão do PRÓ-RURAL aos municípios que integram o Núcleo

Regional da SEAG/Ivaiporã.

Sala das Sessões, em 16 de outubro de 1984.

(a) ORLANDO PESSUTI

**JUSTIFICATIVA:**

Integrada por vários municípios, a Região Central do Paraná é uma região essencialmente voltada para a agropecuária sendo, portanto, constituída por uma população dedicada às lides naturais e inerentes ao meio, expostas as dificuldades e carências ocasionadas pela ausência de uma infra-estrutura capaz de amenizar ou, pelo menos, minimizar os graves problemas que afetam àqueles que residem no meio rural.

O PRÓ-RURAL em boa hora instituído veio sanar parte dessas dificuldades e, a exemplo do que já foi feito em outros municípios, é justo levar, igualmente, esse benefício aos municípios que integram o Núcleo Regional da SEAG/Ivaiporã, que são a saber: Barbosa Ferraz, Borrazópolis, Cândido de Abreu, Faxinal, Fênix, Grandes Rios, Ivaiporã, Jardim Alegre, Kaloré, Lunardelli, Manoel Ribas, Marilândia do Sul, Ortigueira, Rio Bom, São João do Ivaí e São Pedro do Ivaí.

Dos municípios acima mencionados, apenas os de Cândido de Abreu e Ortigueira são atendidos e integram o PRÓ-RURAL. No nosso entender, não se justifica a não expansão desse programa aos demais municípios dessa região, bem como, também, a outros municípios do Paraná.

A extensão do PRÓ-RURAL, nesses municípios, sem dúvida, levará melhorias que contribuirão para que todos aqueles que se dedicam na árdua tarefa de produzir alimentos, sintam-se recompensados. O ruralista é, notadamente, aquele que, sem levar em conta as condições climáticas, adversas, é o esteio da produção agropecuária, e merece maior e melhor atenção por parte de nossas autoridades. Baseado nestas considerações, acreditamos que a solicitação objeto do presente requerimento, justifica-se plenamente, e desta forma do Governo do Estado fará as gestões necessárias à expansão e, por conseguinte, a implementação do PRÓ-RURAL II.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Alceu Conceição Machado, Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, no sentido de que seja autorizada a realização de estudos objetivando a criação da Comarca da Municipalidade de Mamborê.

Fora de qualquer dúvida, o Município de Mamborê, situado na região Centro Oeste do Estado, nos últimos anos apresentou considerado crescimento. As atividades relacionadas à agricultura e a pecuária, tiveram a ampliação das áreas cultivadas: assim como o aumento do número de animais destinados à produção de leite e carne, respectivamente. Aliado a esses dois fatores, o comércio também cresceu, diversificando-se através da implantação de novos estabelecimentos do setor.

As instituições financeiras visando um melhor atendimento a sua vasta clientela, ampliaram suas instalações; destacando-se deste modo, também, a instalação de novas unidades bancárias.

Outro fator que bem serve de testemunha mais do que o desenvolvimento, mas a crença naquela

Municipalidade, refere-se à instalação de unidades industriais, notadamente no ramo madeireiro, artefatos de cimento, serralaria, possibilitando o aumento da oferta de emprego.

O Município de Mamborê surgiu e desenvolveu-se graças à agropecuária, sendo este fator o que dá a sustentação desenvolvimentista econômico e social.

Em face de tal realidade conjuntural, faz-se necessário, mais do que nunca, refletir sobre aspectos capazes de permitir de oferecer a estruturação dessa nova tendência de progresso.

Dentro dessa linha de raciocínio, a Administração Municipal de Mamborê, Chefiada pelo Excelentíssimo Senhor Ivo Brunetta, Prefeito, através do seu quadro de assessoramento, desenvolve estudos no sentido apontar quais são as necessidades básicas para Mamborê, e, principalmente, ouvindo a comunidade através das discussões, determinar os caminhos a serem seguidos.

Diante de tal preocupação, no que diz respeito ao Poder Judiciário, a comunidade de Mamborê, através de sua lideranças políticas constituídas: Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Ivo Brunetta; Excelentíssimo Senhor José Giacomelli, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores; das Lideranças Partidárias das Agremiações existentes; das lideranças do Comércio; das organizações sindicais e de classe, especialmente o segmento dos advogados; estão todas unitariamente reivindicando que esse Poder determine a realização de estudos no sentido da criação da Comarca naquela progressista cidade e região. Pois, atualmente, as atividades afeitas à justiça são encaminhadas de forma demasiadamente lenta em função da própria sistemática processualística vigente.

Ademais, a criação da Comarca, em Mamborê quando efetivamente instalada, além de trazer uma verdadeira agilização nos processos, permitirá grande benefícios às camadas mais carentes da população já que ele é quem mais enfrenta dificuldades ante a tal Poder, a necessária atenção, tendo em vista a sua até mesmo indiscutível importância, não somente para o Município de Mamborê, mas para toda aquela vasta e rica região, que tanto tem contribuído para o engrandecimento do Brasil, notadamente desse território paranaense.

Sala das Sessões, em 16 de outubro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Diretor Presidente da EMOPAR - Empresa de Obras Públicas do Paraná, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Administração, encarecendo a realização de reformas gerais de uma quadra esportiva existente na Escola Germano Afonso Moleiro, localizada no Distrito de IV Centenário, pertencente à Municipalidade de Goioerê.

Prevista no currículo escolar vigente, regulado pela Lei n.º 5692, que trata sobre o ensino de 1.º e 2.º Graus, a Educação Física é, sem dúvida alguma, uma das disciplinas mais importantes, especialmente porque influencia diretamente na formação física da juventude escolar, assegurando-lhes boa saúde. Neste sentido, evidentemente que se torna necessário

assegurar condições indispensáveis para cumprimento pleno da referida disciplina. A começar pelo próprio local onde serão desenvolvidas as mais diversas modalidades esportivas.

No caso da Escola Germano Afonso Moleiro, importante estabelecimento educacional da rede de ensino do Governo do Estado, em IV Centenário, a quadra esportiva existente está necessitando de uma ampla reforma, pois as suas condições atuais só tem inviabilizado o desenvolvimento de atividades esportivas por parte dos alunos.

Ademais, aquele mesmo educandário não dispõe de recursos orçamentários próprios para a pretendida realização da pretendida obra de reforma.

Espera-se, portanto, ante a exposição de motivos, que essa Emopar, conjuntamente como essa Secretaria de Estado da Administração, avaliem as condições do atendimento do que ora é reivindicado, cuja importância é inquestionável.

Sala das Sessões, em 16 de outubro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

**Projetos de Lei:**

**PROJETO DE LEI Nº 273/84**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A :

Art. 1º — O transporte de alunos de 1º e 2º

Graus poderá ser custeado pelo Estado, quando não houver na localidade em que residam os cursos em que estejam matriculados.

Art. 2º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder subvenções anuais às Prefeituras dos municípios que se incumbem, por conta própria ou mediante contrato com terceiros, do transporte de alunos que nas condições previstas no artigo anterior, freqüentem estabelecimentos situados no mesmo município ou nos municípios mais próximos.

Parágrafo único — As subvenções de que trata este artigo se destinam a compensar as Prefeituras Municipais pelas despesas comprovadamente efetuadas.

Sala das Sessões, em 16 de outubro de 1984.

(a) WERNER WANDERER

Apoiamento: LUIZ ALBERTO OLIVEIRA, JORGE  
MAIA FILHO, TUGUIO SETOGUTTE,  
TÉRCIO ALBUQUERQUE.

**JUSTIFICATIVA:**

É calçada a presente solicitação, nas dificuldades que encontram os estudantes, notadamente os de baixa renda, na cobertura de despesas com passagens de transporte, para o deslocamento até a escola em que estão matriculados. Na zona rural, pela reduzida quantidade de escolas, as distâncias que separam os lares dos estudantes até o local de estudos, devido ao êxodo rural, tem aumentado consideravelmente, fazendo com que as despesas de transporte onerem sobremaneira o orçamento doméstico. Acredita-se até ser este um dos motivos da grande massa de desistentes entre os estudantes.

**PROJETO DE LEI Nº 274/84**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A :

Art. 1º — Ficam autorizados os Servidores de nacionalidade Uruguaia, que trabalham em órgão do Estado a se ausentarem, por 3 (três) dias, do Estado do Paraná a fim de que os mesmos possam votar nas eleições de 25 de novembro na República do Uruguai.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua

publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de outubro de 1984.

(aa) GERNOTE KIRINUS e MÁRCIO ALMEIDA.

**JUSTIFICATIVA:**

No dia 25 de novembro serão realizadas eleições diretas e secretas na República do Uruguai, depois de 11 anos de ditadura. A jornada Política e Cultural Uruguaia, realizada nos dias 13 e 14 últimos, na Assembléia Legislativa do Paraná, demonstrou que milhares de cidadãos uruguaiois residem no território paranaense, sendo certo que muitos deles estão prestando serviços ao Governo Estadual.

Este projeto tem por objetivo facilitar, para esses cidadãos, o cumprimento do maior dever cívico com que uma pessoa se defronta ao longo de sua existência. E o Estado do Paraná deve facilitar, por todos os modos, o direito de voto dos cidadãos uruguaiois aqui residentes, direito este negado ao povo brasileiro.

**PROJETO DE LEI Nº 275/84**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º — Fica declarada de Utilidade Pública a "Guarda Mirim de São Pedro do Paraná", com sede e foro no Município de São Pedro do Paraná.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de outubro de 1984.

(a) WILSON FORTES

**JUSTIFICATIVA:**

A Guarda Mirim de São Pedro do Paraná, é uma entidade de natureza assistencial e filantrópica que vem prestando seus relevantes serviços junto a comunidade de São Pedro do Paraná, conforme o previsto nos estatutos sociais.

Sua atuação já mereceu o reconhecimento público municipal através da lei n.º 002/84 de 17 de abril de 1984, anexa.

Nestas condições, apresentamos o presente plano de lei conforme a documentação anexa e de acordo com os requisitos de legislação estadual pertinente à matéria (lei 6.994 de 10/11/78), o que esperamos contar com o apoio dos nobres Pares com assento nesta Augusta Casa de Leis.

**Projeto de Lei Complementar:**

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 272/84**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º — O § 2º do art. 73 da Lei Complementar n.º 2 de 18 de junho de 1973 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 73 ...

§ 1º ...

§ 2º — A verba de representação do Prefeito juntamente com o subsídio será fixada anualmente pela Câmara Municipal".

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de outubro de 1984.

(a) ERONDY SILVÉRIO

**JUSTIFICATIVA:**

Com o presente plano de lei pretendemos estabelecer um justo critério de remuneração aos Prefeitos Municipais

paranaenses, diante do galopante índice inflacionário por que vem passando nosso País.

A revisão anual dos subsídios dos Prefeitos Municipais e da verba de representação pelas Câmaras Municipais é uma praxe que já vem sendo adotado por vários Estados brasileiros. Recentemente o Estado de São Paulo através da Lei Complementar n.º 351 de 26/6/84 estabeleceu idêntica medida que estamos propondo à consideração dos nobres pares desta Casa.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — Está finda a leitura do expediente. No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Buffara, inscrito.

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fiori Luiz, inscrito.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“O Governo José Richa tem atendido todos os prefeitos do Paraná, de forma imparcial. Na liberação de recursos, não existe discriminação. Os próprios prefeitos do PDS com quem temos conversado são unânimes em afirmar que o tratamento é igual.

Ocorre que a recíproca não é verdadeira. É o caso do Prefeito Tranquílino Guimarães Vianna, de Telêmaco Borba. O Sr. Tranquílino, do PDS, pelo que consta, não foi discriminado até hoje pelo Governo José Richa. Mas, o tratamento com os funcionários da Prefeitura de Telêmaco é discriminatório.

Segundo levantamentos que temos em mãos, de 1.º de fevereiro até 31 de dezembro de 1983, o Prefeito de Telêmaco Borba despediu aproximadamente trezentas pessoas da Prefeitura. Despediu, não por deslizes, ou incompetência, ou com a finalidade de reduzir gastos. Despediu, isto sim, por revanchismo, por perseguição político partidária. Essa demissão em massa criou um clima de intranquilidade e está gerando tensão entre o funcionalismo.

E porque os trezentos foram demitidos? Simplesmente porque eram funcionários da Prefeitura na administração do Sr. Carlos Hugo. E é bom lembrar que quando era Prefeito o Sr. Carlos Hugo, não houve perseguição política. Quando assumiu, em 1977, preocupou-se em realizar obras para o município e não em perseguir funcionários da administração anterior, que era da ex-Arena.

Hoje o Sr. Carlos Hugo é um nome conceituado e respeitado em Telêmaco Borba. E um homem só é respeitado quando procura atender as necessidades do seu município sem se preocupar com perseguições.

Quanto ao Sr. Tranquílino Guimarães Vianna, hoje é um Prefeito sem respaldo popular, pois, até agora não mostrou o mínimo de competência para administrar Telêmaco Borba. Tem competência, isto sim, para des despedir em massa, sem se preocupar com o lado social, apenas por vingança. Simplesmente, o Sr. Tranquílino Guimarães Vianna se preocupou em despedir todos aqueles que serviram a administração Carlos Hugo, provando o seu espírito revanchista e perseguidor. Isso prova o seu caráter mesquinho, próprio dos fracos e incompetentes.

Se o Sr. Tranquílino Guimarães Vianna não é discriminado no Governo PMDB, exigimos que tenha a mesma postura no trato com os companheiros do PMDB de Telêmaco Borba, companheiros históricos, com vinte anos de luta contra o autoritarismo e a ditadura militar.

O Sr. Prefeito de Telêmaco Borba chegou ao extremo de roubar os méritos do ex-Prefeito Carlos Hugo,

no episódio da extensão da Universidade de Ponta Grossa para Telêmaco Borba. O pedido foi feito em 1981, pelo Sr. Carlos Hugo ao então reitor da Universidade, hoje Deputado Odeni Mongruel. Agora, o Sr. Tranquílino Guimarães Vianna bate no peito como se fosse o único responsável.

Queremos solicitar, também, ao Presidente da Câmara Municipal, Vereador Mansueto Poltronieri e ao Diretório Municipal do PMDB que denunciem as atitudes arbitrárias e revanchistas do Sr. Tranquílino Guimarães Vianna.”

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, o Sr. Deputado Nestor Baptista. (Pausa).

Ausente, e não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, no Grande Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Paulo Furiatti, inscrito.

O SR. PAULO FURIATTI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tivemos, ontem, a posse de nova Diretoria da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná, através do seu novo Presidente, Sr. Valdo Cavalet. Em função disso, uso este horário para reproduzir o discurso do Presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos, ontem, na sua posse. (Lê):

“Uma diretoria que foi eleita com 89% dos votantes e que tem uma proposta que reflete entre a categoria, atua ampla e unitária do povo brasileiro pela liberdade, pela democracia, pelas eleições diretas em todos os níveis, pela Reforma Agrária e pela Assembléia Nacional Constituinte, sem sectarismos nem partidarismos como formas de possibilitar o desenvolvimento de uma agricultura que atenda aos anseios da sociedade brasileira. Todos os brasileiros, afetados diariamente nas suas atividades têm uma noção clara da profunda crise social, econômica e política que o País está vivendo.

O Governo que implementou durante duas décadas uma política de desnacionalização de nossa economia, está distante da Nação. Por isso mesmo, sua ação tem gerado problemas e não soluções para a sociedade brasileira.

Sofremos de uma carência generalizada que vai do feijão à Constituição; por isso, não há como manter-nos restritos aos problemas técnicos se as suas soluções já são de muito conhecidas, e mesmo assim temos dia a dia um agravamento do dramático quadro de fome, atingindo mais de 70% de nossa população.

É hora de todas as forças da Nação se mobilizarem organizadamente na busca de soluções urgentes. A AEAPR, como integrante do conjunto de setores organizados de nossa sociedade que lutam pelo processo de democratização e institucionalização do País está e estará presente enfrentando os percalços e barreiras, com determinação e coragem, em busca deste objetivo maior tão esperado. Precisamos todos juntos romper o ciclo de medidas contemporaneas adotadas pelo Poder Central.

É preciso dar um basta à situação que nos encontramos de dependência ao Exterior, à subjugação aos Países Colonialistas, à desenfreada especulação financeira que campeia neste País, ao agravamento da situação social da Nação, à impunidade e seus defensores;

Paralelo às mudanças institucionais como um todo, há necessidade urgente de uma política agrícola de desenvolvimento que reduza as desigualdades, melhore coletivamente a qualidade de vida e respeite o patrimônio

ambiental e a cultura popular.

Temos que implantar tecnologias agrícolas socialmente apropriadas, que utilizem melhor a terra, aproveitem mais o trabalho e necessitem menos capital. A AEAPR propõe engajar-se numa luta de pleno emprego, de rejeição aos decretos e quaisquer outros instrumentos que determinam o achatamento salarial.

Lutaremos pela liberdade e autonomia sindical, o direito irrestrito de greve, a livre manifestação e a organização popular.

Lutaremos por uma Assembléia Nacional Constituinte livre e soberana. Lutaremos por eleições diretas em todos os níveis; por uma Reforma Agrária com a participação efetiva dos trabalhadores; por uma Lei Federal de Agrotóxicos, amplamente discutida que dê total autonomia às eleições estaduais.

Vamos discutir amplamente a agricultura e lutar para a sua adequação à realidade sócio-econômica brasileira. Lutaremos pela implantação do concurso público no Estado; pelo cumprimento da Lei n.º 4950 — A, de 22 de abril de 1966, que foi descumprida totalmente, pelo Governo Federal e, parcialmente, pelo Governo Estadual (educação, interior, saúde dentre outras).

Lutamos por uma política agrícola que privilegie a produção de alimentos para o abastecimento interno.

Iremos avaliar periodicamente a política agrícola do Governo Estadual, com apoio às medidas conseqüente. e luta para a sua implantação, crítica às que se contrapõem as posições de categoria e exigência de execução das medidas necessárias propostas pela categoria e outros setores organizados da nossa sociedade.

Iremos cobrar do Governo uma discussão pública de viabilidade social da construção das usinas hidrelétricas de Capanema e Ilha Grande, de responsabilidade do Governo Federal e a Usina de Salto Segredo, de responsabilidade do Governo Estadual.

Continuaremos a manifestação em contrário ao programa de microdestilarias, no qual imputamos o maior erro deste Governo Estadual, sendo que o tempo encarregar-se-á de assim provar.

Exigimos uma ação mais imediata da pesquisa, onde muito pouco tem-se feito até agora, em relação às diretrizes de governo defendidas durante a campanha compromissos públicos para com a geração de tecnologias alternativas, geração de técnicas prioritárias para culturas alimentares, e sistemas agrícolas de viabilização da pequena prioridade, apenas capengam dentro do discurso dos dirigentes estaduais da pesquisa oficial.

Lutaremos por um sistema educacional que antes de tudo seja brasileiro contribua de forma crítica para a análise de nossa realidade.

O nosso sistema de ensino submetido pelos Governos autoritários a um continuado processo de burocratização, esclerose e subserviência aos interesses do colonialismo e do sistema central, debate-se, clonicamente, na falta de verbas, do debate, da descentralização e da democratização das instituições educacionais”.

Lutaremos contra as leis de exceção e contra as exceções, como as que a sociedade tem assistido nestes anos, e mesmo agora, nestes últimos dias, dentro do processo de discussão em palanques públicos, onde se discute a democratização do País e, contraditoriamente, se executa o debate através da repressão.

Companheiros, todos teremos de contribuir com trabalho e esforço, para superarmos esta crise.

Como entidade organizada de base da sociedade brasileira, exigimos um programa de ações que restaure a soberania da Nação e dignidade do ser humano.

Vincularemos nossa luta de categoria por nossos direitos e conquistas específicas, com o anseio geral desta Nação, pela restauração do Estado de Direito e da Democracia, no País.

Queremos lembrar, aqui, a idéia de uma das maiores lideranças nacionais, e que, obrigatoriamente, tem que ser levada em conta.

“Não será sem ferir interesses estabelecidos que iremos resgatar a nossa dívida social e nem a nossa política. Desta vez as classes privilegiadas terão que ser afetadas. Os sacrifícios não poderão mais ser impostos apenas à classe trabalhadora,” disse Teotônio Vilela.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Consulto à Liderança do PMDB se fará uso do horário que lhe é destinado.

O Sr. Mário Pereira - Por dez minutos, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Por dez minutos, concedo a palavra ao Senhor Deputado Mário Pereira.

O SR. MÁRIO PEREIRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Acaba o Governo do Estado de anunciar a realização de concurso público para professores de 1.ª a 4.ª séries, em meados do ano que vem, mais precisamente em julho do próximo ano. Este concurso, com a previsão de dez mil vagas, vem coroar a política assumida na área educacional, pelo Governo do Estado, com relação ao pesado ônus financeiro incidente sobre as prefeituras municipais, que vinham assumindo os encargos da educação no Estado do Paraná, quando Governos anteriores construíam escolas e estas eram mantidas por professores dos quadros municipais.

No primeiro ano de governo, Senhor Presidente, o Governador cumprindo promessa, assumiu 50% dos custos que tinham as prefeituras municipais com esses professores colocados à disposição do Estado.

No ano de 84, passou a assumir 100% dos custos, e em 85 passará, para cada professor colocado pelo município, à disposição de uma escola estadual, a dar um salário-mínimo e a assumir os encargos sociais resultantes das contratações, pelos municípios, desses professores.

E, finalmente, em 1986, o Governo do Estado passará a assumir por inteiro, com professores concursados, todo o ensino em escolas construídas pelo Estado e hoje mantidas com professores dos municípios.

Com este concurso a ser realizado no próximo ano, poderá o Estado, além de assumir os encargos que são de sua responsabilidade, começar a resolver as distorções que existem hoje, entre os diversos municípios, como por exemplo, o Município de Cascavel - do total dos encargos com educação, que tem a responsabilidade de mais de 70%, enquanto o Estado, arca com menos de 30%; em contrapartida, em Maringá, o Estado arca com 91,03% e a Prefeitura com somente 8,97%.

O Sr. Tadeu França - Vossa Excelência, concede-me um aparte? (Assentimento).

Senhor Deputado Mário Pereira, para todos nós é uma satisfação a constatação de que, em julho próximo haverá esse concurso de ingresso de pessoal ao Quadro Próprio do Magistério, que vai representar além de um aprioramento para a Educação, as responsabilidades

do Governo Estadual, na área, e o conseqüente alívio de tantas comunas municipais.

Mas, gostaríamos, nobre Deputado, ao mesmo instante em que o cumprimentamos pelo seu pronunciamento de, solicitar-lhe e aos demais colegas de Bancada e desta Casa de Leis, o apoio, para que o concurso público para o Magistério, seja feito de acordo com o critério da municipalização. Isto quer dizer que, nada mais justo do que, o professor que reside em Cascavel, fazer o concurso pela cidade de Cascavel, porque o que nós não podemos continuar assistindo passivamente, é a escalada, é o professor batendo estrada, cobrindo distâncias de centenas de quilômetros, para poder lecionar!

É por esta razão que nós gostaríamos de alcançar total apoio desta Casa, no sentido de que, seguindo um critério de municipalização, o professor se inscrevesse pela Inspeção Estadual de Ensino por onde vive, para que nós, de uma vez por todas, pudéssemos eliminar o Quadro do Professor Paranaense "Batedor de Estradas"!

Muito obrigado, pela oportunidade, e parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. MÁRIO PEREIRA - Eu agradeço ao Deputado

Tadeu França, mas, quando do anúncio desse concurso, a Professora Gilda Poli, Secretária da Educação informou que o concurso será regionalizado. Eu acho que assim, atende a colocação do Deputado Tadeu França que, mais do que eu, como professor, preocupa-se com as particularidades da vida do professor que, mais do que eu, sabe das dificuldades no dia a dia dos mestres, na tarefa de ensinar.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o anúncio do concurso para o ano que vem, com dez mil vagas, regionalizado, de professores da 1.<sup>a</sup> a 4.<sup>a</sup> séries, techa, portanto, o Governador José Richa, a promessa de o Estado assumir o encargo com a Educação, até então assumido pelos municípios, e, como eu dizia, abre-se a possibilidade de essas discrepâncias onde um município mais do que outro gasta com Educação, com investimentos maiores ou menores do Estado. Neste ou naqueles municípios, possamos buscar a justiça dentre os municípios do Paraná, melhorando inclusive a qualidade do ensino com a melhor remuneração destes professores, porque não podem, hoje, os municípios remunerá-los à altura da necessidade para a formação dos jovens paranaenses.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Consulto à Liderança do PMDB se fará uso do restante do horário que lhe é concedido.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PDS se fará uso do horário que lhe é destinado.

Havendo declinado, está encerrada a Hora do Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, na qualidade de Líder do PDS, constante do expediente, indicando os Senhores Deputados que irão compor a Comissão Especial para Elaboração da Lei Orgânica dos Municípios

do Paraná. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Wilson Fortes, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Senhores Deputados Gernote Kirinus e Márcio Almeida, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei complementar de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. Apoiado, À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhores Deputados Caíto Quintana e Mário Pereira, constante do expediente, solicitando seja dado preferência de votação aos Projetos de Lei n.º 126/84 e 263/84. Aprovado.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

EM VOTAÇÃO

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 29/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 68/84), que objetiva conceder ao ex-funcionário Público Estadual HERCULANO SCHIMALESKI, pensão mensal de valor equivalente a um salário mínimo regional. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 234/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 138/84), que autoriza o Poder Executivo abrir Créditos Especiais que alteram os orçamentos da PARANATUR, DIOE e TECPAR, nos valores de Cr\$ 460.000.000 (quatrocentos e sessenta milhões de cruzeiros), . . . . . Cr\$ 1.000.000.000 (hum bilhão de cruzeiros) e Cr\$ 1.050.000.000 (hum bilhão e cinquenta milhões de cruzeiros), respectivamente. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação dos Projetos de Lei n.ºs 126/84 e 263/84 acima aprovados.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 126/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 107/84), que objetiva dar nova redação ao Artigo 1.<sup>o</sup>, da Lei n.º 5.406, de 05/10/66, conforme especifica. (AUTORIZA O PODER EXECUTIVO FAZER DOAÇÕES QUE ESPECIFICA AOS MUNICÍPIOS E ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DESDE QUE CONSIDERADOS, PELOS ÓRGÃOS COMPETENTES, INSERVÍVEIS OU DESNECESSÁRIOS AO SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publicado no D.A.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO  
E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 126/84

PARECER:

O presente Plano de Lei nº 126/84, Mensagem Governamental nº 107/84, objetiva dar nova redação ao artigo 1º, da Lei nº 5.406, de 05/10/66.

Conforme justifica a Mensagem Governamental, a nova redação dada ao artigo citado da Lei nº 5.406, a rigor não inova a sistemática atualmente adotada e nem tampouco altera o rol dos beneficiários, mas, apenas, define de maneira mais clara, coerente e adequada, os bens que poderao ser passíveis de doação pelo Estado.

Assim sendo, a medida ora proposta vem beneficiar a administração pública.

No âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça, chamada a opinar sobre a legalidade e constitucionalidade do projeto, nada há que possa impedir a normal tramitação do mesmo pelos demais órgãos desta Casa.

Nestas condições, nosso parecer é favorável a aprovação da medida proposta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 9 de agosto de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

CAÍTO QUINTANA

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 263/84, de autoria do Poder Executivo, que altera o Orçamento atual do DER, no valor de Cr\$ 30.473.000.000 (trinta bilhões, quatrocentos e setenta e três milhões de cruzeiros), cujo crédito especial servirá para dar suporte a despesas com obras de construção e manutenção da malha viária do Estado, pagamento de dívidas e para outras despesas de custeio administrativo. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 263/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a abrir um Crédito Especial no valor de Cr\$ 30.473.000.000 (trinta bilhões, quatrocentos e setenta e três milhões de cruzeiros), que altera o orçamento atual do Departamento de Estradas de Rodagem - DER.

Art. 2º - Servirão como recursos para cobertura do Crédito de que trata o artigo 1º desta Lei, recursos de excesso de arrecadação do Tesouro Geral do Estado, de acordo com o § 1º, item II, do Artigo 43, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 9 de outubro de 1984.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO  
E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 263/84

PARECER:

De autoria do Poder Executivo, Mensagem Governamental nº 205/84, solicitando autorização

deste Poder para abertura de Crédito Especial no valor de Cr\$ 30.473.000.000 - (trinta bilhões, quatrocentos e setenta e três milhões de cruzeiros) ao vigente Orçamento do Departamento de Estradas de Rodagem - DER.

A matéria em tramitação encontra amparo legal no disposto pelo § 1º, item II, do Artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Portanto, no âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça chamada a opinar sobre o projeto, nada temos que possa obstar a normal tramitação do mesmo pelos demais órgãos desta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL a aprovação do projeto.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 09 de outubro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente;

ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 263/84.

PARECER:

Oriundo da Mensagem Governamental nº 205/84, objetiva o Projeto de Lei nº 263/84 autorizar o Poder Executivo a abrir Crédito Especial no valor de Cr\$ 30.473.000.000 - (trinta bilhões, quatrocentos e setenta e três milhões de cruzeiros), destinados ao Departamento de Estradas e Rodagem - DER.

Referida matéria já mereceu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Quanto ao aspecto financeiro, objeto de estudo nesta Comissão, não encontramos qualquer impedimento que se lhe possa antepor, razão pela qual nosso Parecer é pela aprovação do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de outubro de 1984.

(a) ERVIN BONKOSKI - Presidente e Relator.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia.

3º DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 231/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 193/84), que autoriza o Poder Executivo abrir um Crédito Especial, no valor de Cr\$ 400.000.000 - (quatrocentos milhões de cruzeiros), ao orçamento atual da Assembléia Legislativa, destinados a atender despesas com obras e instalações. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 90/84, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI, que assegura tratamento hospitalar gratuito a integrantes da Polícia Civil, feridos em serviço, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P., por unanimidade. Aprovado. (Publicado no D.A. 27, de 23/4/84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 90/84

PARECER:

De autoria do Ilustre Deputado Antônio Martins Annibelli, o presente projeto de Lei nº 90/84, tem por finalidade conceder tratamento hospitalar gratuito a integrantes da Polícia Civil, feridos em serviço.

Da análise do processo, pela justificativa apresentada pelo autor, e tratando-se de matéria que visa atender aos mais legítimos interesses dessa briosa categoria

profissional, nosso parecer é favorável, razão que somos pela sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 06 de junho de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

IVAN GUBERT

Relator

#### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PROJETO DE LEI N.º 90/84

PARECER:

O projeto de lei em tela, de autoria do ilustre Deputado Antônio Martins Annibelli, de n.º 90/84, tem por finalidade conceder tratamento hospitalar gratuito a integrantes da Polícia Civil, feridos em serviço, por intermédio do Instituto de Previdência do Estado — IPE, bem como, se o internamento for feito com urgência em estabelecimento hospitalar não credenciado, o Instituto o regularizará.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, manifestou-se favoravelmente ao Projeto, conforme parecer de fls.

O Projeto está devidamente justificado, pois trata-se de matéria que atende os interesses de dedicada categoria profissional.

Portanto, no âmbito da Comissão de Saúde, somos pela sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 29 de agosto de 1984.

(aa) MÁRCIO ALMEIDA

Presidente.

NELSON VASCONCELLOS

Relator

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n.º 99/84, de autoria dos Deputados ANIBAL KHURY, DONATO GULIN E OUTROS, que dispõe sobre promoção no Quadro do Pessoal do Magistério do Estado do Paraná, na forma que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.R.H., por unanimidade. (Publicado no D.A. 32, de 03/05/84).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO

E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 99/84

PARECER:

Com o presente plano de lei, pretende o ilustre Deputado Anibal Khury, apoiado pelo Senhor Deputado Donato Gulin e outros Senhores Parlamentares, assegurar ao pessoal do Quadro do Magistério do Estado do Paraná, que tenham exercido e venham a exercer cargos eletivos, do direito a promoção e avanços vertical e diagonal de que trata a Lei Complementar n.º 13 de 23/12/81, bem como, estende tais benefícios aos integrantes do Quadro do Magistério nomeados para exercício do cargo de Prefeito, nos municípios declarados de segurança nacional, estâncias hidrominerais e da Capital.

Atento ao preceito constitucional que estabelece que a iniciativa de lei que dispõe sobre vantagens dos servidores públicos e seu regime jurídico, é de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo, todavia, somos inclinados a abstrair o vício de origem

a fim de que a possível sanção Governamental venha transformar em lei o presente Projeto.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, à aprovação do Projeto. (Lei Anexa).

Sala das Comissões, em 19 de junho de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente.

EZEQUIAS LOSSO

Relator

#### COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 99/84

PARECER:

O Projeto de Lei Complementar em apreço, objetiva assegurar ao Pessoal do Quadro do Magistério do Estado, que tenham exercido e venham a exercer cargos eletivos, o direito a promoção e avanços vertical e diagonal de que trata a Lei Complementar n.º 13, de 23/12/81.

Esta matéria já foi estudada pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, onde recebeu parecer favorável

Analisando-se o mérito do referido plano de lei, esta Comissão de Recursos Humanos, entendendo que a alteração proposta virá assegurar ao Pessoal do Quadro do Magistério, o direito a promoção e avanços verticais e diagonais, quando afastados para o desempenho de mandatos eletivos.

Assim esta Comissão acolhe com satisfação a presente proposta, por isso que lhe confere o parecer favorável.

Sala das Comissões, em 07 de agosto de 1984.

(aa) ODENI MONGRUEL

Presidente

ACIR MEZZADRI

Relator

Sobre o referido Projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja retirado da Ordem do Dia, por 15 (quinze) sessões, o Projeto de Lei Complementar n.º 99/84. Aprovado. Fica portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei Complementar n.º 99/84 por 15 (quinze) Sessões.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 100/84, de autoria do Deputado TADEU FRANÇA, que autoriza o Governador do Estado a conceder aos municípios optantes o direito de exploração do sistema de água e esgoto ora controlados pela SANEPAR, conforme especifica. Com PARECER CONTRÁRIO da C.C.J., por unanimidade. (Publicado no D.A. n.º 33, de 07/05/84).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO

E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 100/84.

PARECER:

O Projeto de Lei n.º 100/84, de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, que dispõe sobre a desvinculação de municípios, do "sistema de água e esgotos controlados através da Cia. de Saneamento do Paraná (SANEPAR)" significa, em outras palavras, permitir que municípios optem por sair do Plano Nacional de Saneamento - PLANASA.

O Convênio celebrado em 23/03/72, entre o Governo do Estado do Paraná e a SANEPAR (com vigência até 23/03/87), tem por objetivo estabelecer

as condições gerais para a realização de programa integrado, no âmbito do Estado do Paraná, que vise ao equacionamento global e permanente do problema de abastecimento de água aos Municípios, nos moldes preconizados pelo PLANO NACIONAL DE SANEAMENTO - PLANASA.

Em tal Convênio, bem como nos Convênios de Promessa de Financiamento, o Governo do Estado do Paraná, na qualidade de Entidade Financiadora e a SANEPAR, na qualidade de Agente Promotor e Mutuário Final, assumiram várias obrigações advindas da regulamentação do Banco Nacional da Habitação, mutuante do Sistema Financeiro de Saneamento, entre as quais, obviamente, as de obtenção da concessão, pelos Municípios para execução de serviços de água e esgotos. Assim sendo, o Projeto de Lei em causa, por conflitar com as normas do PLANASA, não deve merecer aprovação, pois as disposições nele preconizadas poderão ocasionar a inadimplência de obrigações ajustadas no Convênio ou nos contratos dele decorrentes.

É oportuno mencionar que a letra C, da Cláusula Vigésima Terceira, do Convênio PLANASA, indica como circunstância para suspensão de desembolsos ou denúncia de contratos de empréstimos, o seguinte:

"C - alteração de qualquer das disposições vigentes que a critério do BNH, afete desfavoravelmente o desenvolvimento do PROGRAMA, o funcionamento dos sistemas e o ajustado neste Convênio e/ou nos contratos dele decorrentes".

Quanto ao prisma constitucional é importante observar que, pelas peculiaridades e características do PLANASA, medidas como a consubstanciada no Projeto de Lei em análise, quando implementadas, conflitarão com o preceito contido no art. 10, inciso V, letra C, da Constituição Federal.

Pelos motivos aduzidos nosso parecer é contrário à aprovação do Projeto de Lei n.º 100/84.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 27 de agosto de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR  
Presidente

EDMAR LUIZ COSTA  
Relator

Nestas condições a Mesa colocará em votação de forma inversa. Os Senhores Deputados que aprovam, queiram levantar-se. **REJEITADO.**

O SR. TADEU FRANÇA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

O SR. MÁRIO PEREIRA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa defere e solicita ao Senhor 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados).

42 Senhores Deputados responderam a chamada. Ha quorum para prosseguimento da Sessão e deliberação. A Presidência irá atender a solicitação do Senhor

Deputado Tadeu França, sobre a verificação de votação.  
(É procedida a verificação de votação).

O SR. 1.º SECRETÁRIO - Esta Secretaria solicita que os Senhores Deputados permaneçam nas suas respectivas bancadas, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Os Senhores Deputados que rejeitam queiram levantar-se. A Mesa solicita uma vez mais aos Senhores Deputados que permaneçam em suas Bancadas, porquanto, não há condições de estabelecer o número de quem aprovou e de quem rejeitou. Nestas condições, a Mesa colocará em votação novamente. Os Senhores Deputados que aprovam o projeto queiram levantar-se; os Senhores Deputados que rejeitam queiram levantar-se.

20 Senhores Deputados aprovam; 21 Senhores Deputados rejeitam. **REJEITADO.**

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 111/84, de autoria do Deputado SÉRGIO SPADA, que dispõe sobre o exercício da profissão de Sociólogo na Administração Direta e Indireta do Estado, na forma que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL E SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J., por unanimidade. E com PARECER FAVORÁVEL da C.R.H. ao SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 42, de 22/05/84).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### PROJETO DE LEI N.º 111/84 PARECER:

Visa o presente projeto de iniciativa do eminente Deputado Sérgio Spada, assegurar aos sociólogos o exercício profissional nos órgãos da administração direta e indireta em nosso Estado e dá outras providências.

A justificativa do ilustre autor enfatiza com muita propriedade do aproveitamento dos profissionais da área sociológica nos órgãos públicos.

Com respeito à oportunidade da medida proposta, nada se pode objetar, visto que a intenção do autor é bem clara em manifestar seu apoio às classes dos formados em Ciências Sociais, considerando ainda que em nosso Estado, devido a existência de inúmeras faculdades, o contingente de sociólogos capacitados vem aumentando de ano para ano, em contrapartida não encontram o respaldo necessário nos órgãos públicos para o desempenho das funções para o qual se especializaram.

Embora o presente Plano de Lei venha a esbarrar no proibitivo constitucional do artigo 25 § 1.º, letra b, da nossa Carta Magna, somos todavia, obrigado a reconhecer a justiça da iniciativa, esperando que com a possível sanção governamental, seja sanado o vício de origem do Projeto.

Diante do exposto, nosso Parecer é favorável, opinando-se por aprovação na forma do substitutivo geral, que anexo apresentamos, para melhor atender a técnica legislativa.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 19 de junho de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR  
Presidente

ANIBAL KURY  
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO  
E JUSTIÇA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 111/84.

Art. 1.º - Ficam os órgãos públicos da administração direta e indireta do Estado, quando encarregados da elaboração e execução de planos, estudos, programas e projetos sócio-econômicos ao nível global, regional e setorial, obrigados a manter em seu quadro de pessoal, ou em regime de contrato para prestação de serviços, sociólogos legalmente habilitados.

Parágrafo Único - As atribuições dos sociólogos, a serem admitidos nos termos desta lei, são as previstas na Lei Federal nº 6888, de 10 de dezembro de 1980, regulamentada pelo Decreto Presidencial nº 89.531, de 5 de abril de 1984.

Art. 2.º - O Poder Executivo, através de Decreto no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua publicação, regulamentará a presente lei.

Art. 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR  
Presidente

ANIBAL KHURY  
Relator

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

PROJETO DE LEI Nº 111/84

PARECER:

O presente plano de Lei de autoria do ilustre Deputado Sérgio Spada, com Substitutivo Geral da Comissão de Constituição e Justiça pretende assegurar aos Sociólogos o exercício profissional nos órgãos da administração direta e indireta do Estado, quando encarregados da elaboração e execução de planos, estudos, programas e projetos sócio-econômicos em nível global, regional e setorial e dá outras providências.

Na justificativa pretende o autor demonstrar a necessidade do aproveitamento dos profissionais da área sociológica nos órgãos públicos.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, apresentou Substitutivo Geral e manifestou-se favoravelmente à matéria.

No âmbito desta Comissão de Recursos Humanos chamada a opinar sobre o mérito do Projeto, temos que, o mesmo, além, de aproveitar os profissionais da área sociológica nos órgãos públicos da administração direta e indireta do Estado, proporciona a modernização e maior eficiência na administração pública.

Nestas condições, o nosso Parecer é favorável à aprovação da medida proposta.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) ODENI MONGRUEL  
Presidente  
EDGARD PIMENTEL  
Relator

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 114/84, de autoria do Senhor Deputado TRAJANO BASTOS, que declara de utilidade pública o "SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE PALMITAL", com sede e foro no Município de Palmital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

(Publicado no D.A. nº 42, de 22/05/84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO  
E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 114/84

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Trajano Bastos, que declara de Utilidade Pública o "SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE PALMITAL", com sede e foro no Município de Palmital. Constatado que o mesmo se encontra em perfeita consonância com o que preceitua a Lei nº 6.994 de 10/01/78, que regula o assunto em pauta, somos pela sua **APROVAÇÃO.**

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 22 de agosto de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR  
Presidente  
AUGUSTO CARNEIRO  
Relator

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 118/84, de autoria do Senhor Deputado ANTONIO MARTINS ANNIBELLI, que declara de Utilidade Pública a "Associação e Oficinas de Caridade Santa Rita de Cássia" com sede e foro no Município de Cascavel. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.** (Publicado no D.A. nº 43, de 23/05/84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO  
E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 118/84

PARECER:

O presente plano de Lei de autoria do nobre Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI, tem por finalidade declarar de utilidade pública a "Associação e Oficinas de Caridade Santa Rita de Cássia", com sede e foro na cidade de Cascavel.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente à matéria - Lei nº 6.994 de 10/01/78, inexistindo portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua **APROVAÇÃO.**

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 09 de agosto de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR  
Presidente

GILBERTO CARVALHO  
Relator.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 119/84, de autoria do Senhor Deputado BASILIO ZANUSSO, que declara de utilidade pública a "SOCIEDADE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SAMARITANOS E DORCAS", da Igreja de Cristo Jesus, com sede no Município de Ourizona. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.** (Publicado no D.A. nº 43, de 23/05/84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO  
E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 119/84

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Basílio Zanusso, o presente projeto de lei versa matéria relativa a declaração de utilidade pública, a "Sociedade de Assistência Social SAMARITANOS E DORCAS", da Igreja de Cristo Jesus, com sede em Ourizona.

A documentação apresentada é suficiente para demonstrar que a entidade preenche todos os requisitos exigidos pela Lei n.º 6.994, de 10 de janeiro de 1978, disciplinadora da matéria de utilidade pública.

A iniciativa é pertinente, sob o aspecto constitucional, e formalmente a matéria se apresenta segundo as recomendações do Regimento Interno.

Face ao exposto, opino pela aprovação do projeto. Sala das Comissões, em 09 de agosto de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR  
Presidente

NELSON BUFFARA  
Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 131/84, de autoria do Senhor Deputado FRANCISCO ESCORSIN, que declara de utilidade pública a "SOCIEDADE BENEFICENTE HOSPITALAR DE IBIPORÃ", com sede e foro no Município de Ibiporã. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 51 de 06/06/84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO  
E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 131/84

PARECER:

O Projeto de Lei em pauta, de autoria do ilustre Deputado Francisco Escorsin, que pretende declarar de Utilidade Pública a "Sociedade Beneficente Hospitalar de Ibiporã", com sede em Ibiporã.

A documentação apresentada é suficiente para demonstrar que a entidade preenche todos os requisitos exigidos pela Lei n.º 6.994, de 10 de janeiro de 1978, disciplinadora da matéria de utilidade pública.

A iniciativa é pertinente, sob o aspecto constitucional e formalmente a matéria se apresenta segundo as recomendações do Regimento Interno.

Face ao exposto, opino pela aprovação do projeto. Sala das Comissões, em 09 de agosto de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR  
Presidente.

HERMAS BRANDÃO  
Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 132/84, de autoria do Deputado OSVALDO ALENCAR FURTADO, que institui o Conselho Estadual de Defesa do Ambiente e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E., por unanimidade. Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 52, de 07/06/84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO  
E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 132/84

PARECER:

Iniciativa do ilustre Deputado Osvaldo Alencar Furtado, o presente plano de lei propõe a instituição do Conselho Estadual de Defesa do Ambiente.

A medida é das mais louváveis, pois pretende

criar mecanismos que garantem a participação da comunidade na formulação da política estadual do meio-ambiente.

As questões referentes à preservação ecológica, a prevenção e o controle da poluição, fazem parte, hoje, do cotidiano de nossas preocupações. Em particular, num Estado de economia agrícola como o nosso, é relevante a definição dos caminhos que garantem o combate às diversas formas de erosão e as variadas formas de uso e gestão racional do solo. Além disso, o melhor aproveitamento de nossos recursos naturais, a manutenção de sua capacidade de renovação e a necessária estabilidade ecológica.

Portanto, a proposta em exame se reveste da mais alta importância e do mais elevado alcance social.

Considerando, ainda, que o Projeto de Lei n.º 132/84 não apresenta nenhum óbice à sua tramitação - seja de caráter constitucional, legal ou regimental, manifestamo-nos pela sua aprovação, sendo, neste sentido, nosso parecer favorável à matéria em pauta.

Sala das Comissões, em 22 de agosto de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente.

EZEQUIAS LOSSO

Relator.

COMISSÃO DE ECOLOGIA

PROJETO DE LEI N.º 132/84.

PARECER:

O debate ecológico vem ocupando, crescentemente, um espaço cada vez maior na ordem de preocupações da sociedade. A preservação do meio-ambiente, o uso racional de nossos recursos naturais, a prevenção e o controle da poluição, são questões postas e que merecem o exame acurado por parte do Poder Público.

A proposta do nobre Deputado Osvaldo Alencar Furtado de criar um Conselho Estadual de Defesa do Ambiente busca ir de encontro a este anseio da comunidade. Mais, ainda, na medida em que tem a intenção de abrir canais de participação que permitam que esta mesma comunidade tenha presença decidida na elaboração de uma política estadual do meio-ambiente.

Examinada na douta Comissão de Constituição e Justiça, a proposta em pauta recebeu o necessário parecer favorável.

De nossa parte, no que deve esta Comissão de Ecologia opinar, acreditamos que tal proposição vem exatamente ao encontro das preocupações que movem os seus membros.

Neste sentido, nosso parecer ao Projeto de Lei do nobre Deputado Osvaldo Alencar Furtado é favorável, opinando pela sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 30 de agosto de 1984.

(aa) PAULO FURIATTI

Presidente

ORLANDO PESSUTI

Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 139/84, de autoria do Senhor Deputado SÉRGIO SPADA, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE GUIAS DE TURISMO DO BRASIL - SECÇÃO PARANÁ", com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publicado

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO  
E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 139/84

PARECER:

O presente Plano de Lei de autoria do Nobre Deputado Sérgio Spada, tem por finalidade declarar de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE GUIAS DE TURISMO DO BRASIL - SECÇÃO DO PARANÁ, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente a matéria-Lei n.º 10/1/78, inexistindo portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 07 de agosto de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

IVAN GUBERT

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 140/84, de autoria do Senhor Deputado ADHAIL SPRENGER PASSOS, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Gal. Iberê de Mattos, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 55, de 13/06/84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO  
E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 140/84

PARECER:

Pretende o nobre Deputado Adhail Sprenger Passos, com o presente projeto de lei, outorgar o título de cidadão honorário do Paraná o Senhor Gal. Iberê de Mattos.

A justificativa apresentada nos convence da oportunidade e justa homenagem que se pretende seja apresentada a esse vulto dos mais eméritos, que desde 1927, vem prestando relevantes e inestimáveis serviços ao nosso Estado.

Os dados biográficos anexos à justificativa melhor esclarece o incessante trabalho de Iberê de Mattos prestado à causa pública paranaense.

Legal e constitucional a que é chamada a opinar essa Comissão de Constituição e Justiça, a matéria não encontra qualquer óbice que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa.

Nos congratulando com a iniciativa opinamos favoravelmente a sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 09 de agosto de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

NELSON BUFFARA

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 143/84, de autoria do Senhor Deputado QUIELSE CRISÓSTOMO

DA SILVA, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DOS ALCOÓLATRAS", com sede e foro no Município de Tapejara. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 56, de 18/06/84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO  
E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 143/84

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Quielse Crisóstomo da Silva, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Recuperação dos Alcoólatras", com sede e foro no Município de Tapejara. Constatado que o mesmo se encontra em perfeita consonância com o que preceitua a Lei n.º 6.994 de 10/01/78, que regula o assunto em pauta, somos pela sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 22 de agosto de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

AUGUSTO CARNEIRO

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 144/84, de autoria do Senhor Deputado ODENI MONGRUEL, que declara de utilidade pública o "SINDICATO DE HOTÉIS E SIMILARES DE CURITIBA", com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 56, de 18/06/84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO  
E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 144/84

PARECER:

O presente Plano de Lei de autoria do nobre Deputado ODENI MONGRUEL, tem por finalidade declarar de utilidade pública o "SINDICATO DE HOTÉIS E SIMILARES DE CURITIBA", com sede e foro nesta Capital.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente a matéria - Lei n.º 6.994, de 10/01/78, inexistindo portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 22 de agosto de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente.

BASILIO ZANUSSO

Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 148/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 120/84), que dispõe sobre a composição do Conselho Diretor do Fundo Penitenciário do Estado, na forma que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 57, de 19/06/84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 148/84

PARECER:

Origina-se o presente Plano de Lei, da Mensagem Governamental nº 120/84 e objetiva disciplinar a composição do Conselho Diretor do Fundo Penitenciário do Estado, de que trata a Lei nº 4.955, de 13/11/64.

Tal medida visa proporcionar meios de aprimoramento do Sistema Penitenciário do Estado, principalmente agora que os recursos do Fundo Penitenciário tornaram-se mais expressivos e capazes de arcar com o ônus da construção de unidades penais no interior do Estado e de melhorias nos presídios existentes.

Demonstra, assim, o Governo do Estado sua preocupação em aparelhar-se cada vez melhor para promover efetivamente a ressocialização do preso, e a prepará-lo, com uma profissão, para enfrentar a competição no mercado de trabalho na volta à sociedade.

Reveste-se, pois, a proposição do mais alto interesse da Administração e de grande importância social.

Observados que foram os preceitos constitucionais e legais, quanto à forma e competência, opinamos favoravelmente à aprovação do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09 de agosto de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR – Presidente;  
HERMAS BRANDÃO – Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 148/84

PARECER:

O Plano de Lei ora em exame, oriundo de Mensagem Governamental, tem por finalidade estabelecer critérios para a composição e administração de um Conselho Diretor do Fundo Penitenciário Estadual, instituído pela Lei nº 4.955 de 13/11/64, e dá outras providências.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, analisando a proposição no seu aspecto legal e constitucional.

No âmbito desta Comissão de Finanças, chamada a opinar sobre o seu aspecto financeiro, temos que, o mesmo está previsto no próprio bojo do Projeto, quando estabelece o seu art. 2º os recursos do Fundo Penitenciário, já concretizados através de legislação anterior, conforme citações da Mensagem 120/84 que encaminhou a matéria à apreciação desta Casa.

Com isso temos que o Projeto está em condições de merecer a aprovação desta Casa, opinando-se favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04 de setembro de 1984.

(aa) ERVIN BONKOSKI – Presidente;  
ANTÔNIO ANNIBELLI – Relator.

1ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei nº 153/84, de autoria do Deputado MÁRIO PEREIRA, que autoriza o Poder Executivo doar área de terra constituída do lote urbano nº 9, da quadra nº 15, à ACAS - ASSOCIAÇÃO CASCAVELENSE DE AMIGOS DE SURDOS, com sede e foro na cidade de Cascavel, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. (Publicado no D.A.59, de 25/6/84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 153/84

PARECER:

De autoria do Ilustre Deputado Mário Pereira

Curitiba, terça, em 16/10/84

o presente Projeto tem por objetivo doar à Associação Cascavelense de Amigos de Surdos, uma área de terra de sua propriedade no Município de Cascavel, para a construção de sua sede própria.

Analisando-se o mérito, achamos ser muito justa a pretensão do nobre autor, pois conforme informação anexa do Sr. Secretário de Estado da Administração, não consta nenhuma destinação para o lote em questão.

Quanto ao aspecto legal, não encontramos nada que possa impedir sua normal tramitação nesta Casa, visto que, procurou o legislador gravar com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade, assegurando ao Estado, desta forma, o retorno do referido imóvel, caso não tenha a destinação prevista.

Isto posto, nosso parecer é favorável, opinando-se por sua aprovação.

Sala das Comissões, em 09 de agosto de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR – Presidente;  
CAÍTO QUINTANA – Relator.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria dos Srs. Deputados Caíto Quintana e Mário Pereira, constante do expediente, solicitando seja retirado da Ordem do Dia, por dez sessões, o projeto de Lei nº 153/84, autorizando o Poder Executivo a doar área de terras à ACAS – Associação Cascavelense de Amigos de Surdos, em Cascavel. – **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei nº 153/84, por 10 (dez) Sessões.

1ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei Complementar nº 160/84, de autoria do Deputado CAÍTO QUINTANA, que dá nova Redação ao Artigo 73, da Lei Complementar nº 2, de 18 de junho de 1973. Lei Orgânica dos Municípios, conforme especifica. (SUBSÍDIO DO PREFEITO). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.** (Publicado no D.A. 61, de 27/6/84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 160/84

PARECER:

I – O ilustre Deputado Caíto Quintana apresenta o presente projeto de lei, com o objetivo de dar nova redação ao art. 73 da Lei Orgânica dos Municípios (Lei Complementar nº 2, de junho de 1973).

II – Dito dispositivo legal trata do subsídio dos Prefeitos Municipais, estabelecendo normas para sua fixação e posteriores reajustes.

III – Por entender que a redação atual dá ensejo a situações contraditórias, o eminente subscritor do presente plano de lei propõe alterações em seu texto, o que levaria os diversos Municípios paranaenses à uma situação de equanimidade.

IV – Na verdade, o art. 73 da mencionada Lei Complementar nº 2, da maneira como está atualmente redigido, permite que os reajustes dos subsídios sejam feitos de diversas maneiras, com a utilização de diferentes índices.

Com a aprovação do presente projeto de lei, essa situação anômala será efetivamente reparada, já que tais reajustes obedecerão sempre aos índices do MVR – (Maior Valor de Referência).

V – Da mesma forma, a nova redação estabelece o salutar princípio de que o subsídio do Prefeito não poderá ser inferior ao maior padrão de vencimento pago ao servidor do Município, a qualquer tempo, o que

acabará com a constrangedora situação — que ocorre algumas vezes — do Chefe do Poder Executivo Municipal perceber remuneração menor que funcionários subalternos municipais.

VI — O presente projeto de lei atende aos requisitos constitucionais vigentes, motivo pelo qual opinamos pela sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 22 de agosto de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;  
IVAN GUBERT — Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 160/84

P A R E C E R :

I — O presente projeto de lei de autoria do ilustre Deputado Caíto Quintana, pretende dar nova redação ao artigo 73 da Lei Orgânica dos Municípios (Lei Complementar n.º 2, de junho de 1973).

II — O artigo a que se pretende dar nova redação é atinente ao subsídio dos Prefeitos Municipais, estabelecendo normas para sua fixação e posterior reajustes.

III — Na justificativa do Projeto ficou demonstrado que o artigo 73 da Lei Complementar n.º 2, assim como está redigido dá margem a diversas interpretações, possibilitando que o reajuste do subsídio dos Prefeitos Municipais, sejam feitos de maneira diferente, também com índices desiguais.

IV — Com a nova redação pretendida pelo Projeto de Lei em tela, temos que o artigo 73 da Lei Orgânica dos Municípios ficará redigido com maior limpidez e clareza, pondo fim a contraditória interpretação da lei.

V — A douta Comissão de Constituição e Justiça em parecer de fls. do processo, manifestou-se favoravelmente à matéria por considerá-la oportuna e constitucional.

VI — No âmbito desta Comissão de Finanças chamada a opinar sobre o aspecto financeiro, nada temos a opor a normal tramitação do Projeto pelos demais órgãos da Casa, uma vez que trará equidade e Justiça na fixação do subsídio dos Prefeitos Municipais do Paraná.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04 de setembro de 1984.

(aa) ERVIN BONKOSKI — Presidente;  
QUIELSE CRISÓSTOMO — Relator.

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 189/84, de autoria do Deputado TADEU FRANÇA, que institui o dia 05 de novembro de cada ano, como sendo o dia do Escrivão de Polícia do Estado do Paraná conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publicado no D.A. 73, de 15/8/84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 189/84

P A R E C E R :

O presente Plano de Lei de autoria do ilustre Deputado Tadeu França, tem por finalidade instituir o dia do Escrivão da Polícia do Estado do Paraná.

Examinado quanto ao seu mérito e oportunidade, o Projeto nos parece merecedor do mais irrestrito apoio, pois a intenção do legislador visa homenagear a operosa classe que é a dos Escrivães de Polícia do Estado do Paraná.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05 de setembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;

ANIBAL KHURY — Relator.

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 196/84, de autoria do Deputado MÁRCIO JOSÉ DE ALMEIDA, que declara de utilidade pública o “INSTITUTO LONDRINENSE DE INSTRUÇÃO E TRABALHO PARA CEGOS”, com sede e foro na cidade de Londrina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publicado no D.A. 77, de 23/8/84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 196/84

P A R E C E R :

O presente plano de lei de autoria do nobre Deputado MÁRCIO JOSÉ DE ALMEIDA, tem por finalidade declarar de utilidade pública o “Instituto Londrinense de Instrução e Trabalho para Cegos” com sede e foro na cidade de Londrina.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente a matéria — Lei n.º 6.994 de 10/1/78, inexistindo portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12 de setembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;  
HERMAS BRANDÃO — Relator.

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 226/84, de autoria do Deputado PÉRICLES PACHECO DA SILVA, que declara de utilidade pública a “FUNDAÇÃO CULTURAL, CIENTÍFICA E EDUCACIONAL GUARDA MIRIM DE TELÊMACO BORBA”, com sede e foro na cidade de Telêmaco Borba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publicado no D.A. 86, de 12/9/84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 226/84

P A R E C E R :

O presente plano de lei de autoria do nobre Deputado PÉRICLES PACHECO DA SILVA — tem por finalidade declarar de utilidade pública a “FUNDAÇÃO CULTURAL, CIENTÍFICA E EDUCACIONAL GUARDA MIRIM DE TELÊMACO BORBA”, com sede e foro em Telêmaco Borba.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela Legislação pertinente a matéria — Lei n.º 6.994, de 10/1/78, inexistindo portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25 de setembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;  
IVAN GUBERT — Relator

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulin, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Leizor Raiz, ocorrido no dia 16 de outubro do corrente ano.

**Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulin, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Carlos Afonso Utrabo, ocorrido no dia 3 de outubro do corrente ano.

**Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento de Elizabet Marzarotto, ocorrido no dia 24 de setembro do corrente ano, nesta Capital.

**Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Otávio Duarte da Silva, ocorrido no dia 10 de outubro do corrente ano, no Distrito de Agro-Cafeeira, Município de Matelândia.

**Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Jayme Pires Gonçalves, ocorrido no dia 9 de outubro do corrente ano, no Município de Londrina.

**Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Napoleão Batista Sobrinho, ocorrido no Município de Iretama.

**Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Sebastião Manoel dos Santos, ex-Prefeito Municipal do Município de Jacarezinho.

**Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Jovem Afonso Romualdo Train, ocorrido no dia 7 de outubro do corrente ano, no Município de Rio Negro.

**Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Dirceu Novochadlo, ex-Prefeito e ex-Vereador do Município de Arapoti.

**Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Odeni Mongruel e Basílio Zanusso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Dirceu Novochadlo, ocorrido no Município de Arapoti.

**Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Julio Maffini, ocorrido no dia 14 de outubro do corrente ano.

**Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Srta. Hisae Terezinha Maeda, ocorrido nesta Capital.

Curitiba, terça, em 16/10/84

**Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Srs. Ema Taner de Andrade, ocorrido no dia 14 de outubro do corrente ano, no Município de Campo Largo.

**Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Carlos José Rossa, ocorrido no dia 11 de outubro do corrente ano, no Município de Campo Largo.

**Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Luiz Zotto, ocorrido no dia 12 de outubro do corrente ano, no Município de Campo Largo.

**Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do menor Leilton Felinto, sobrinho do Vereador José Felinto.

**Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência para o projeto de Lei n.º 254/84, de sua autoria, que visa dar nova redação ao art. 25 da Lei 7811. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Trajano Bastos, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 233/84. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de regozijo pela passagem do 37.º aniversário de emancipação política do Município de Campo Mourão.

**Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de regozijo ao Senhor Diretor da Rádio Colméia de Porto União, Santa Catarina, pela passagem do 29.º aniversário de sua fundação. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência para o projeto de Lei n.º 229/84, oriundo Mensagem Governamental, que objetiva criar na Governadoria, cargos isolados de provimento em comissão, conforme especifica, bem como alterar a simbologia de cargos já existentes e da mesma natureza de provimento. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a anexação ao Projeto n.º 120/84, da documentação anexa, contendo parecer favorável da Coordenadoria do Patrimônio do Estado e da Coordenação da Receita do Estado, reincluindo-se o citado Projeto na Ordem do Dia. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 263/84 (Mensagem Governamental n.º 205/84), que suplementa orçamento do DER. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Donato Gulin, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações com o Jornal Gazeta do Povo, pela

inclusão de Alci Ramalho Filho, no rol de seus colaboradores.

**Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulin, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a construção da ponte

sobre o Rio Paraná, interligando os Municípios de Guaíra, no Estado do Paraná, ao Município de Novo Mundo, no Estado do Mato Grosso do Sul.

**Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulin, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministros dos Transportes, Superintendente da Sunaman, Coordenador do Sistema de Fiscalização da Receita Federal, Superintendente da 9ª Região Fiscal, encarecendo seja reativada a travessia, a barco, do Rio Paraná, ligando o Distrito de Dr. Oliveira Castro, Município de Guaíra, no Brasil a Comunidade de Guadalupe, no Paraguai.

**Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulin, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações com o Dr. Valdo José Cavalet, pela sua eleição como Presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná.

**Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a inclusão nos planos e programas municipais de pavimentação de novas estradas do DER para o próximo exercício, a pavimentação dos trechos de estradas entre os Municípios de Marechal Cândido Rondon e Porto Mendes e de Marechal Cândido Rondon a Vila Maripá. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sabino Campos, com apoio do Sr. Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná, pela passagem do dia nacional dos agrônomos. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Sra. Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a liberação de equipamentos necessários à implantação de uma oficina de marcenaria para a Escola Especializada Josephina Wendling, no Município de Campo Mourão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do 37º aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Campo Mourão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Superintendente do IPE, por intermédio da Secretaria da Administração, encarecendo a criação de uma Coordenadoria Regional do Instituto no Município de Loanda. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odeni Mongrue, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao professorado paranaense, pela passagem do Dia do Professor.

**Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do 75º aniversário do Curitiba Foot-Ball Club.

**Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Sra. Secretária da Educação, encarecendo para que adote critério da municipalização e docência mínima por 2 anos nos Municípios por onde se inscreveram os candidatos.

**Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Roberto Requião, constante do expediente de sessão anterior, solicitando sejam todas as proposições relativas a modificações do Regimento Interno, em tramitação na Casa, encaminhadas à Comissão Especial de Reforma do Regimento, para análise e parecer. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela realização da V EXPOESTE no Município de Cruzeiro do Oeste. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Sra. Secretária da Educação, encarecendo a criação do ensino de 2º grau, nos Municípios de Porto Rico e São Pedro do Paraná. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando constituição de comissão externa, com 3 Srs. Deputados, para representar esta Casa na V EXPOESTE, no Município de Cruzeiro do Oeste. **Aprovado.**

O SR. MÁRIO PEREIRA – (Pela Ordem) Esta Liderança gostaria de indicar para essa Comissão os Srs. Deputados Nelson Vasconcellos e Anibal Khury.

O SR. PRESIDENTE – (Trajano Bastos) A Mesa solicita à Liderança do PDS a indicação dos membros para compor a Comissão Externa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando voto de louvor pela passagem do Dia do Professor. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando seja anexada ao Projeto de Lei nº 50/83, a documentação anexa, contendo parecer favorável da Coordenadoria do Patrimônio do Estado e da Diretoria de Manutenção do DER, reincuindo-se o citado Projeto de Ordem do Dia. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, encarecendo a instalação de uma Unidade Veterinária no Município de Catanduvas. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Sra. Ministra da Educação, encarecendo a implementação de um programa nacional que utilize vaca mecânica na produção de leite de soja, destinado a servir de complemento alimentar na merenda escolar. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Sra. Secretária da Educação, encarecendo a implantação do 4.º ano de magistério, a nível de especialização, no Colégio Estadual Branca da Mota Fernandes — Ensino de 1.º e 2.º graus, no Município de Maringá. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da República, encarecendo esclarecimentos sobre o corte do repasse previsto para os Municípios, no Fundo de Participação dos Municípios. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Presidente da EMOPAR, por intermédio da Secretaria da Administração, encarecendo a realização de reformas gerais de uma quadra esportiva existente na Escola Germana Afonso Moleiro, no Distrito de IV Centenário, Município de Goioerê. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo a criação da Comarca do Município de Mamborê. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, encarecendo parecer favorável ao processo n.º 1097/83 - DASP, sob aviso 873/84 - NS - 5 Assistentes Sociais, no Plano de Classificação de Cargos. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a extensão do Pró-Rural aos Municípios que integram o Núcleo Regional da SEAG/ Ivaiporã. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, requero a Vossa Excelência que sejam fornecidas aos Srs. Deputados as listas de frequência dos Senhores Deputados, especialmente quando nelas existirem chamadas nominais.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) De que período Vossa Excelência quer essas listas?

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — A partir desta data.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — A Mesa determina à Assessoria que forneça as listas requeridas.

A Mesa, só antes de dar por encerrada a Questão de Ordem levantada pelo Sr. Deputado, eu não sei se Vossa Excelência requereu que cada Sr. Deputado receba este documento ou este documento será enviado às lideranças.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — Entendo que, sendo encaminhado às lideranças, é o bastante.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa agradece e determina que esses documentos sejam enviados às Lideranças Partidárias.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — Diariamente, Sr. Presidente. Obrigado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 17, à hora regimental com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

1.ª DISCUSSÃO — da Proposição n.º 119/84 (Emenda à Constituição).

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 29/84, 234/84.

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 90/84, 111/84, 114/84, 118/84, 119/84, 126/84, 131/84, 132/84, 139/84, 140/84, 143/84, 144/84, 148/84, 189/84, 196/84, 226/84, 263/84. e do Projeto de Lei Complementar n.º 160/84.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 86/83 e dos Projetos de Resolução n.ºs 20/84, 115/84, 116/84, 117/84, 118/84, 121/84, 122/84, 123/84, 124/84, 125/84, 126/84, 127/84, 128/84, 129/84, 132/84, 133/84, 134/84, 135/84, 136/84, 137/84. Levanta-se a Sessão.

#### COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

#### 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA — 10.ª LEGISLATURA ATA DA 9.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de outubro de hum mil novecentos e oitenta e quatro, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Recursos Humanos, na Sala da Presidência do Plenário, sob a Presidência do Senhor Deputado Odeni Mongruel e presença dos Senhores Deputados Nelson Vasconcellos, Edgard Pimentel e Acir Mezzadri, membros efetivos desta Comissão. Constatada a existência de número legal, o Senhor Presidente deu por aberto os trabalhos, passando-se em seguida a leitura da Ata da Reunião anterior, a qual foi aprovada sem observação, passando-se à Ordem do Dia, oportunidade em que foi relatado os seguintes PROJETO DE LEI N.º 37/83 - de autoria do Deputado Tadeu França. Relator Deputado Nelson Vasconcellos. Parecer CONTRÁRIO aprovado por unanimidade. PROJETO DE LEI N.º 116/83 - de autoria do Deputado Tadeu França. Relator Deputado Nelson Vasconcellos. Parecer CONTRÁRIO aprovado por unanimidade. PROJETO DE LEI N.º 139/83 - de autoria do Deputado Ervin Bonkoski. Relator Deputado Nelson Vasconcellos. Parecer CONTRÁRIO aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente declarou encerrada a presente reunião e eu Diva do Valle Cavalcanti, Secretária da Comissão, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata que vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim.

(aa) ODENI MONGRUEL - Presidente;

DIVA DO VALLE CAVALCANTI - Secretária.